



ACÓRDÃO Nº584/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11850/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Jose Augusto de Melo Neto (Ordenador de Despesa), Ronyerveson Pereira Siqueira (Ordenador de Despesa), Algemiro Ferreira Lima Filho (Ordenador de Despesa), Joésia Moreira Julião Pacheco (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ana Cecília Ortiz e Silva – OAB/AM 8387, Ana Carolina Costa Ortiz – OAB/AM 12.390, Américo Valente Cavalcante Júnior – OAB/AM 8540, Andreza da Costa Paes – OAB/AM 12.353, Mônica Araújo Risuenho de Souza – OAB/AM 7760, Mayka Salomão Cordeiro Viana – OAB/AM 6.321, Alexandre Viana Freire – OAB/AM 9.947, Bruno Gomes Pires – OAB/AM 7.640, Rosa Oliveira de Pontes OAB/AM 4231,
- 7- **Unidade Técnica:** DICAL.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 124/2020-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade da Senhora **Joésia Moreira Julião Pacheco**, Diretora – Presidente do CETAM, no período de 01.01.2017 a 12.05.2017 e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Senhor **Algemiro Ferreira Lima Filho**, Diretor – Presidente do CETAM, no período de 12.05.2017 a 04.10.2017 e Ordenador



ACÓRDÃO Nº584/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

- 10.3. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Senhor **Ronyerveson Pereira Siqueira**, Diretor – Presidente do CETAM, no período de 04.10.2017 a 30.11.2017 e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.4. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Senhor **Jose Augusto de Melo Neto**, Diretor – Presidente do CETAM, no período de 05.12.2017 a 31.12.2017 e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.5. Dar quitação** à Senhora **Joésia Moreira Julião Pacheco**, Diretora – Presidente do CETAM, no período de 01.01.2017 a 12.05.2017 e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.6. Dar quitação** ao Senhor **Algemiro Ferreira Lima Filho**, Diretor – Presidente do CETAM, no período de 12.05.2017 a 04.10.2017 e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.7. Dar quitação** ao Senhor **Ronyerveson Pereira Siqueira**, Diretor – Presidente do CETAM, no período de 04.10.2017 a 30.11.2017 e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.8. Dar quitação** ao Senhor **Jose Augusto de Melo Neto**, Diretor – Presidente do CETAM, no período de 05.12.2017 a 31.12.2017 e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.



ACÓRDÃO Nº584/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.9. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.9.1. O BO indica que houve um déficit orçamentário de previsão e de execução. Não é razoável que esses indicadores sejam apresentados sem qualquer explicação, mesmo porque o déficit orçamentário não é compatível com a responsabilidade na gestão fiscal, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com a Lei 4.320/64 (alínea “b” do art. 48) e com o princípio do equilíbrio orçamentário;

10.9.2. O BO indica déficit de previsão inicial e de previsão atualizada sem os devidos esclarecimentos sobre as origens de tal diferença, contrariando os itens 39,40 e 41 da NBC T 16.6, MCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público/ Balanço Orçamentário/ Notas Explicativas, bem como o Princípio da Transparência;

10.9.3. A fundação registrou um orçamento deficitário de receita realizada. Deste valor consta o reconhecimento de Transferências Recebidas para Execução Orçamentária e saldo de exercícios anteriores (BO). Entretanto, os valores não correspondem ao total do déficit de execução, restando um saldo remanescente. O gestor deve apresentar explicações circunstanciadas e documentadas sobre o valor acima não identificado (origem, composição do saldo, etc.) em atenção ao Princípio do Equilíbrio Orçamentário.

10.9.4. No BP o relatório contábil indica o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa. Observa-se, conforme demonstrativo de conciliação bancária apresentado, que o saldo deveria corresponder a determinado valor. Consta uma diferença no demonstrando que não há fidedignidade, o que contraria a NBC TSP 00 – Estrutura Conceitual (3.10, 3.11 e 3.12);

10.9.5. No BP houve saques em conta corrente (pagamentos), sem o devido registro contábil;

10.9.6. No BP houve Depósitos bancários, sem o devido registro contábil;

10.9.7. No BP houve Baixa contábil das disponibilidades de caixa, que não corresponde a efetivos pagamentos;



ACÓRDÃO Nº584/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.9.8. No BP houve aumento contábil das disponibilidades de caixa, que não corresponde a efetivos depósitos bancários;

10.9.9. No BP a situação evidenciada acima revela ofensa aos princípios contábeis da oportunidade e competência e às regras estabelecidas na NBC TSP 00 (itens 3.10, 3.11 e 3.12), provável inobservância do art. 60 da Lei 4.320/64 e falhas graves de controle interno, gerando distorção nas demonstrações contábeis;

10.9.10. O BP apresenta as contas “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” (AC), “Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo” (PC), “Valores Restituíveis” (PC) e “Demais Obrigações a Longo Prazo” (PNC). O gestor deve comprovar a fidedignidade dos saldos – disposta nos itens QC12 à QC16 da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC00) e itens QC12 à QC16 da NBC TG 00 - e apresentar explicações circunstanciadas e documentadas sobre os valores acima (origem, composição do saldo, etc.).

10.9.11. O BF indica que a autarquia tinha em 31/12/2017, ingressos em “Movimentações de Fundos Próprios e Operações Inter gestora”. O gestor deve comprovar a fidedignidade do saldo e apresentar explicações circunstanciadas, pormenorizadas e documentadas sobre o valor citado (origem, composição do saldo, etc.) em atenção as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TSP 16.5 (item 4, letras “c”, “d” e “m”), bem como princípio da transparência;

10.9.12. No BF quanto à receita de “Transferências Financeiras Recebidas”, solicita-se esclarecimentos sobre a origem dos registros, classificação contábil (fundamentação) e comprovação, se for o caso.

10.9.13. As Notas Explicativas que compõem a prestação de contas evidenciam apenas algumas contas dos Balanços Patrimonial e Financeiro. No entanto, existem demais contas de relevante importância que não foram inclusas nas notas. O dispositivo da NBC TSP 00 – Estrutura Conceitual estabelece o seguinte: A informação evidenciada nas notas explicativas às demonstrações contábeis: - É necessária para a compreensão dos usuários das demonstrações contábeis; - Fornece informação que apresenta as demonstrações contábeis no contexto da entidade e o seu ambiente operacional; e - Geralmente tem relação clara e



ACÓRDÃO Nº584/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

demonstrável com a informação exposta nas demonstrações contábeis às quais ela pertence. A informação evidenciada nas notas explicativas pode incluir também: - A fundamentação para o que é exposto (por exemplo, a informação sobre as políticas contábeis e critérios de mensuração, inclusive os métodos e as incertezas quanto à mensuração, quando aplicáveis);

- 10.9.14.** Não consta no termo de referência descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, na forma do art. 9º, I, § 2º do Decreto nº 5.450/2005;
- 10.9.15.** Ausência de Parecer Jurídico aprovando as minutas do edital e do contrato, como prevê art. 30, IX, do Decreto nº 5.450/2005 e do o art. 38, parágrafo único, da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e suas alterações;
- 10.9.16.** Pregão Eletrônico nº 199/2017 - apresentar documentos comprobatórios onde constam o controle e gerenciamento do estoque e distribuição do objeto (camisas) adquirido pela entidade no almoxarifado, como, entradas, saídas, dentre outros.
- 10.9.17.** Nas Despesas com Diárias houve autorização da Presidência ou autoridade devidamente demandada pelo superior, para a concessão de diárias;
- 10.9.18.** Nas Despesas com Diárias houve sequência cronológica - números do processo administrativo e folhas;
- 10.9.19.** Nas Despesas com Diárias os cupons Fiscais em via original ocorre que, a sua impressão vai apagando/desbotando ficando impossibilitado de constatação dos gastos;
- 10.9.20.** Nas Despesas com Diárias o documento de responsabilidade ao servidor que receber a diárias, o qual determine a obrigatoriedade de prestar contas por período determinado e que se não o fizer ficará impedido de receber este recurso;
- 10.9.21.** Nas Despesas com Diárias o Parecer conclusivo da autoridade competente, determinando que a prestação de contas de diárias foi formalizada de acordo com as determinações legais;
- 10.9.22.** Nas Despesas com Diárias, apresente documentos para a concessão de diárias aos colaboradores que prestam serviços ao



ACÓRDÃO Nº584/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

CETAM, considerando que nos processos examinados constatamos que está carente na sua formalização, isto porque, os objetivos propostos para as diárias são necessários à apresentação de fotos e documentos das visitas, vistorias, fiscalizações, participações em congressos, seminários, palestras, cursos, encontros, reuniões e quaisquer outros eventos similares, para assim, consolidar na forma legal o que determina o Decreto nº 26.337/2006.

- 10.9.23.** Conforme consulta ao sítio institucional do CETAM, observou-se que as informações de interesse coletivo ou geral, não foram disponibilizadas à sociedade via internet, contrariando o disposto no art. 8º, incisos e parágrafos da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), conforme a seguir:
- 10.9.24.** Ausência do registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público, contrariando o art. 8º, §1º, I, da Lei nº 12.527/11;
- 10.9.25.** Inexistência de registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, contrariando o art. 8º, §1º, II, da Lei nº 12.527/11;
- 10.9.26.** Ausência de registros das despesas, contrariando o art. 8º, §1º, III, da Lei nº 12.527/11;
- 10.9.27.** Inexistência de informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados, contrariando o art. 8º, §1º, IV, da Lei nº 12.527/11;
- 10.9.28.** Ausência de dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades, contrariando o art. 8º, §1º, V, da Lei nº 12.527/11.
- 10.9.29.** Em análise nas fichas funcionais, detectamos a ausência das Declarações de Bens atualizadas dos Servidores que exercem Cargos Comissionados e Diretores do Órgão, conforme determina a Resolução nº 02/90, contrariando o que determina o art. 13, da Lei nº 8.429/92 e disposições da Lei nº 8.730/93 c/c o art. 289, da Resolução TCE nº 04/2002.



ACÓRDÃO Nº584/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.9.30. Justifique a situação dos cargos de provimento em comissão, considerando que não ficou claro e de forma detalha da qual o cargo que ocupa setor de lotação e as funções desempenhadas por cada um dos comissionados (com a devida documentação probatória) que atuam na CETAM, a fim de seguir o cumprimento ao dispositivo do art. 39 da CF/88 (inobservância do regime jurídico único) e do art. 37, II e V, da CF/88 (inobservância do provimento de cargos fins por meio de concurso público e o uso indevido do cargo de provimento em comissão).

10.9.31. Ausência de cópia do Quadro de Pessoal, Plano de Carreira e/ou criação de cargos com o devido instrumento legal, na forma dos artigos 39, §§ 1º e 8º e 61, inciso II, alínea “a” da Constituição Federal ou legislação específica.

10.9.32. Ausência de Concurso Público para contratação dos agentes públicos pertencentes ao Quadro de Pessoal do CETAM, contrariando o art. 37, II da CF/88.

10.10. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Junho de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral